

#europeias2024

A EUROPA PRECISA DE UMA LIMPEZA

WWW.PARTIDOCHEGA.PT



POR PORTUGAL PELOS PORTUGUESES

CHEGA

O CHEGA apresenta-se, pela primeira vez, às Eleições Europeias como partido profundamente soberanista, europeísta e atlantista. Consideramos que a integração europeia tem servido o interesse nacional e assegurado a congruência essencial entre os valores da Democracia, do Estado de Direito, da Economia de Mercado e do Desenvolvimento Socioeconómico. Temos bem presente, no entanto, que Portugal é um País periférico na Europa e central no Atlântico. Reconhecemos a histórica identidade euro-atlântica do nosso País e as vantagens únicas do nosso estatuto no extremo Ocidente da Europa. E não esquecemos nunca que a Lusofonia é a nossa singularidade e constitui aquilo que nos distingue de todos os outros Estados do mundo. Assumimos o papel que a Geografia e a História nos deram enquanto ponte privilegiada entre a Europa, a América e África.

As eleições do próximo dia 9 de junho de 2024 ocorrem num momento em que a Europa e o mundo ocidental enfrentam as mais sérias ameaças, internas e externas, desde a Segunda Guerra Mundial. O espaço euro-atlântico está a ser alvo de mudanças sistémicas que, no seu conjunto, conduzem a um enfraquecimento significativo do papel do continente europeu no mundo. Está em curso um processo de transição de poder no sistema internacional com o declínio relativo do Ocidente e a ascensão da Ásia, especialmente a China, e a ordem liberal internacional, fruto da convergência de várias crises, encontra-se sob ataque por parte de potências autoritárias revisionistas. A guerra, fenómeno que julgávamos anacrónico e definitivamente ultrapassado, voltou à Europa e às suas fronteiras, com a invasão da Ucrânia pela Rússia e o ataque terrorista do Hamas a Israel.

Neste momento crítico e existencial que o Continente Europeu enfrenta atualmente, o que se nos apresenta é uma Europa em retrocesso e, por via disso, envolvida em várias crises que ferem a essência das suas instituições fundamentais, dos seus valores fundacionais e, conseqüentemente, do seu papel no mundo. A Europa das “Quatro Liberdades”, espaço de esperança e prosperidade de milhões de cidadãos, tem vindo a ceder o seu lugar a uma União Europeia crescentemente tomada por uma restrita oligarquia de burocratas que, em frontal despeito pelas identidades e as histórias seculares dos Estados-membros, se intromete cada vez mais em praticamente todas as dimensões da vida dos países e dos seus cidadãos, erodindo, por essa via, as esferas de autonomia indispensáveis ao exercício democrático.

A Crise dos Migrantes vem colocar em causa a nossa segurança e a nossa identidade, assim como a resistência das nossas sociedades e dos sistemas políticos face a vagas sucessivas de migrantes e refugiados vindos essencialmente de África, Médio Oriente, parte da Ásia e Balcãs. Consideramos que é fundamental ter a coragem de assumir que as migrações económicas, como tudo o resto, não podem deixar de obedecer ao interesse nacional dos Estados. A crise do Qatargate e as dúvidas sobre os contratos das vacinas contra a Covid-19 trouxeram a

corrupção para o centro da vida política na União Europeia, sendo essencial enfrentar seriamente esta suspeição de corrupção nas instituições europeias, na medida em que ela corrói necessariamente a credibilidade das instituições democráticas e enfraquece a liderança moral dos agentes políticos e do próprio regime democrático que eles têm por dever representar.

A crise política e institucional em curso está a gerar um descrédito profundo e indisfarçável da classe dirigente e uma degradação generalizada das instituições, cuja responsabilidade deve ser assacada aos partidos políticos tradicionais, na medida em que estes, enredados nos seus próprios vícios e desilusões, se transformaram em organizações sem ideias, com processos de seleção muito pouco baseados no mérito, cada vez mais afastados da sociedade e das suas preocupações e anseios concretos, e crescentemente capturados por lógicas de gestão de interesses e poderes individuais, ou de grupo, para os quais o poder deixou de ser um meio ao serviço de um fim (o bem-estar das populações), mas um fim em si mesmo.

A crise mais existencial e mais decisiva que a Europa enfrenta atualmente é, no entanto, o sistemático empobrecimento das classes médias. O exercício de comparação da qualidade de vida leva-nos a concluir que a classe média, o motor principal da prosperidade de qualquer sociedade, está a empobrecer brutalmente. A inflação que nos assola por causa da Guerra na Ucrânia veio apenas agravar uma situação cujo início é, porém, muito anterior ao conflito. As classes médias são absolutamente cruciais para a vida de qualquer comunidade política e, sem elas, não há União Europeia, nem Democracia, nem a prosperidade e a paz que ambas visam servir e promover. São elas as grandes sacrificadas da globalização e são elas, por isso mesmo, a verdadeira razão da nossa candidatura ao Parlamento Europeu.

Os eurodeputados do CHEGA irão bater-se em Bruxelas e em Estrasburgo por uma Europa forte num mundo cada vez mais reorganizado em grandes espaços, mas defendendo sempre uma construção política que seja sensível aos interesses, à identidade e às particularidades económicas, sociais e geográficas dos Estados-membros, desde logo Portugal, nunca aceitando cegamente diretivas comunitárias, ou uma política europeia demasiado centralizada e pouco transparente, que afaste a União Europeia do cidadão comum e dilua a soberania dos Estados numa teia labiríntica de burocracia sem verdadeira representatividade nem autêntica prestação política de contas. Acima de tudo, assumimos um compromisso com o povo português de lutar com todas as nossas forças pelo seus interesses e bem-estar.



I PARTE

EUROPA DAS NAÇÕES

O CHEGA entende que a conceção da arquitetura europeia que melhor serve a defesa do interesse nacional é a da Europa das Nações. Com efeito, é ela que melhor salvaguarda a autodeterminação e a liberdade de decisão nacionais, o respeito pelas tradições, costumes e instituições nacionais que as refletem e responde às aspirações de soberania e de igualdade entre os Estados no plano europeu e internacional.

A defesa da Europa das Nações manifesta-se na promoção das componentes intergovernamentais e interparlamentares em detrimento dos elementos de carácter supranacional ou de vocação federalista. Em concreto, consideramos ser nosso dever assegurar a promoção do bem-estar dos portugueses, o reforço da coesão nacional e a afirmação de Portugal no exterior, o que requer a ação concreta e a convergência dos esforços de todas as instituições que integram a nação portuguesa. No exterior, e designadamente no quadro europeu, a prossecução do bem-estar dos portugueses e do interesse público exigem dos representantes nacionais a defesa e a promoção intransigente do interesse nacional. No entanto, se essa defesa deve ser intransigente no

plano estratégico, no plano tático ela deve guiar-se pela flexibilidade necessária, tendo em conta os equilíbrios e conjunturas prevaletentes, e a posição de Portugal face a eles, por forma a facilitar os melhores resultados possíveis em cada momento para a prossecução do interesse nacional. Assim, a defesa do interesse nacional, que é a bússola que deve orientar sempre os representantes dos Estados no quadro das várias instituições e instâncias da UE – como aliás dos outros atores internos que se movem também nesse quadro –, deve espelhar-se igualmente na promoção de uma conceção da arquitetura europeia que melhor sirva esse objetivo.

O CHEGA DEFENDE:

- 1.** O reforço das competências do Parlamento Europeu;
- 2.** A Manutenção de um Comissário Europeu por Estado-Membro;
- 3.** O reforço do princípio da subsidiariedade, usando as provisões já existentes nos Tratados;
- 4.** O reforço do método de decisão Intergovernamental.



II PARTE

IMIGRAÇÃO ILEGAL

O combate à imigração ilegal constituirá a nossa grande prioridade. A esmagadora dimensão dos fluxos migratórios sem regras coloca em causa a identidade e a segurança dos Estados, assim como a capacidade de resistência das sociedades e das Democracias europeias. Não rejeitamos a tradição humanista da União Europeia e concordamos com a necessidade de distinguir migrantes económicos e refugiados. Os primeiros, provenientes em grandes quantidades de África, de partes da Ásia e dos Balcãs foram entrando na Europa em números incapazes de absorção adequada, eficaz e digna pelos Estados europeus em nome de princípios

de solidariedade que não se aplicam aos migrantes económicos, que devem estar sujeitos aos interesses e necessidades dos países de acolhimento. Os segundos, vindos sobretudo dos países em guerra, estão abrangidos pelas obrigações internacionais assumidas pelos países e devem ser tratados como um caso à parte, embora também aqui tenha de haver critérios bem definidos.

No conjunto, é fundamental ter a coragem de assumir que as migrações, como tudo o resto, não podem deixar de estar subordinadas ao interesse nacional dos Estados, às suas regras e aos seus limites para a capaci-

dade de receberem e integrarem migrantes com dignidade, reduzindo os incentivos políticos e económicos à imigração ilegal, combatendo assim as redes de tráfico de migrantes que lhes está associada e promovendo políticas eficazes de repatriação. Para além dos bons princípios, com os quais concordamos, não podemos ignorar o que se passa na Alemanha, em Itália, na Grécia, em França, na Suécia, entre outros.

Que fique claro: o CHEGA não tem nada contra a imigração legal e controlada, somos contra a imigração ilegal e sem regras.

O CHEGA DEFENDE:

5. O abandono do Pacto de Migrações da ONU ;

6. A revogação do acordo de mobilidade CPLP;

7. O reforço significativo das capacidades da Frontex e a sua transferência para Portugal, porque o fluxo migratório não atinge os 27 estados-membros da mesma forma e é necessário proteger melhor as fronteiras externas da UE;

8. A deportação de imigrantes ilegais;

9. A adoção generalizada na UE dos modelos que o Reino Unido tem implantado;

10. A eliminação de toda e qualquer ajuda e subvenção nacional e comunitária às ONG que apoiem a imigração ilegal;

11. O combate sem tréguas às redes de tráfico de seres humanos, alargando a definição penal de tráfico e endurecendo o quadro legal aplicável;

12. O estabelecimento de quotas anuais para a imigração assentes nas qualificações, nas necessidades do mercado de trabalho do país e nas mais-valias para Portugal;

13. A revisão da lei da nacionalidade, alargando o prazo previsto para a sua concessão e fazendo-a depender de testes de Português e de História de Portugal;



III PARTE

SEGURANÇA E DEFESA

É preciso reconhecer que a Guerra voltou à Europa e que a nossa defesa se tornou ainda mais indispensável. A invasão da Ucrânia pela Rússia tornou mais premente do que nunca a necessidade de os Estados europeus investirem mais na sua própria defesa, desde logo cumprindo o compromisso assumido na Cimeira de Gales de afetar 2% do PIB para os

orçamentos de Defesa. Acreditamos fortemente nos benefícios da Aliança Atlântica e na NATO e defendemos que a Defesa Europeia deve ser complementar à Organização do Tratado do Atlântico Norte. Porém, a Europa tem de ser capaz de se defender por si própria, não podendo estar totalmente dependente dos Estados Unidos e dos seus cálculos de interesse nacional.

O fortalecimento das Forças Armadas tem estado desde sempre nas prioridades do CHEGA, que as considera essenciais à nossa segurança e à capacidade de inserção internacional de Portugal. Defendemos o reforço das capacidades militares dos Estados-Membros da União Europeia a partir das suas indústrias de defesa e com base em formas de cooperação interativa reforçada. Defendemos também o reforço do vínculo transatlântico e da aliança com os Estados Unidos da América, sem esquecer a crescente importância do Atlântico Sul para a Europa.

O CHEGA DEFENDE:

- 14.** Um maior investimento na indústria de Defesa europeia, sem esquecer as capacidades das empresas portuguesas deste setor;
- 15.** A Cooperação interativa reforçada entre os Estados-Membros em matéria de Defesa;
- 16.** O cumprimento do compromisso de atingir os 2% do PIB afetados à Defesa Nacional;
- 17.** O reforço do vínculo transatlântico e das capacidades da NATO;
- 18.** O fim da dependência militar dos EUA;
- 19.** A modernização de equipamentos, apostando cada vez mais nas tecnologias digitais, inteligência artificial e robotização da guerra;

COMBATE À CORRUPÇÃO

IV PARTE



Reveste-se de elevada relevância toda a temática ligada ao tráfico de influências, ao nepotismo e à corrupção. Para agilizar e tornar mais efetivo o combate a esses flagelos, o CHEGA defende o reforço da cooperação institucional entre a Procuradoria-Geral da República e o Ministério Público, e o Gabinete do Procurador Público Europeu. Julgamos que os mercados públicos representam uma questão crucial no âmbito do combate ao tráfico de influências e à corrupção. Com efeito, os múltiplos processos instaurados, bem como o enorme alarme público causado pelos elementos de informação vindos a público acerca de graves irregularidades praticadas, evidenciam uma realidade que o CHEGA não se tem cansado de denunciar: a de que as irregularidades verificadas nos procedimentos dos concursos públicos constituem uma das principais fontes da corrupção no seio da UE e dos seus Estados-Membros e, nomeadamente, em Portugal.

Para combater esse fenómeno, os eurodeputados eleitos pelo CHEGA ao Parlamento Europeu tudo farão para aproveitar a grande repercussão pública conferida por aquela instituição da UE para denunciar quaisquer irregularidades que afetem os processos de concursos públicos.

Do mesmo modo, os eurodeputados do CHEGA envidarão todos os esforços para promover a cooperação entre todos os grupos parlamentares do Parlamento Europeu, com vista a colocar o combate à corrupção no topo da agenda europeia.

O CHEGA DEFENDE:

- 20.** Maior investimento em mecanismos de controle dos concursos públicos nacionais;
- 21.** Cooperação entre grupos parlamentares no PE, de diferentes cores políticas, num pacto contra a corrupção no seio das instituições europeias e nos estados-membros;
- 22.** Criação de um canal de denúncia anti-corrupção em todos os organismos comunitários que ainda não o tenham instituído;

ECONOMIA E CRESCIMENTO

V PARTE

É infelizmente inegável que o comportamento da economia portuguesa nas últimas duas décadas e meia tem sido dececionante. Em média, o crescimento anual médio do PIB situou-se apenas ligeiramente acima dos 1% (1,17%). Nos anos de crise da zona euro, em que Portugal foi duramente atingido, o PIB recuou até taxas anuais negativas de -1,70 em 2011, -4,06 em 2012 e -0,92 em 2013. Nos anos seguintes, esse crescimento deixou de ser negativo, mas situou-se em níveis ainda assim bastante modestos, sobretudo tendo em conta a distância entre Portugal e o PIB médio dos países membros da UE. Apenas em 2021 e 2022, o crescimento do PIB alcançou taxas expressivas (acima dos 5%), mas tal deve ser visto tomando como referência 2020, em que o PIB acusou uma queda substancial (-8,30%). Ao longo dos últimos anos – como tem sido salientado em vários órgãos de comunicação social –, Portugal tem sido sucessivamente ultrapassado por países que, ainda há poucos anos, se situavam na cauda da Europa, ou perto dela.

Este crescimento medíocre da economia portuguesa tem-se refletido num empobrecimento generalizado da população portuguesa, com relevo não só no aumento da pobreza, como num empobrecimento das classes médias. Em resultado dessa tendência, a emigração – que tinha praticamente cessado nos anos 80 do século passado – voltou a aumentar. No entanto, ao contrário da emigração dos anos 60, que foi maioritariamente uma emigração de baixas qualificações profissionais, este recrudescimento atual da emigração caracterizou-se por atingir também jovens de elevadas qualificações. Em resultado dessas vagas sucessivas de emigração, Portugal é hoje o país da UE com maior número de emigrantes em proporção da população residente.

Assim, essa emigração traduziu-se para Portugal numa perda do investimento feito pelo país na formação desses jovens – seja através do sistema de ensino público, seja através do sistema de ensino privado. Não há como subestimar o impacto dramático da emigração dos

ossos jovens mais qualificados: é o elevado potencial desses jovens e das suas qualificações, que é essencial para o desenvolvimento do país, que coletivamente todos perdemos. A não conseguirmos pôr um travão definitivo a esse fenómeno, em resultado de políticas económicas contraproducentes, o nosso País e os portugueses continuarão irremediavelmente a empobrecer.

Por seu turno, o investimento – público e privado – diminuiu significativamente a partir da eclosão da crise da zona euro em 2011, estando ainda longe dos níveis atingidos em 2010, apesar de alguma recuperação verificada nos últimos anos. Note-se que estas tendências – crescimento medíocre da economia, aumento da distância do rendimento per capita português do rendimento médio da UE, sucessiva ultrapassagem de Portugal por outros países da UE, empobrecimento do país e dos portugueses, emigração de jovens altamente qualificados, declínio significativo do investimento – têm-se verificado apesar da contínua entrada de fundos europeus. Nos últimos cinco anos, Portugal recebeu em média 5,9 mil milhões de euros contra 1,9 mil milhões de contribuições para o orçamento da UE. Desde a adesão do país à CEE em 1986 Portugal recebeu já um total de 160 mil milhões de euros.

Encontramo-nos assim perante uma situação que é não só muito desfavorável, como até aparentemente incompreensível: a de a integração de Portugal num dos espaços económicos mais ricos e desenvolvidos do mundo e a do seu estatuto de beneficiário líquido do orçamento comunitário não só não terem aproximado o país dos níveis de riqueza e de desenvolvimento médio da UE, mas de o terem afastado deles. Consideramos que esta situação é absolutamente inaceitável e que coloca o nosso País e os portugueses perante um enorme desafio.

O CHEGA está firmemente empenhado em fazer com que enfrentemos com êxito esse desafio e em colocar Portugal no caminho do progresso.

O CHEGA DEFENDE:

- 23.** Promover o crescimento económico; desagravar substancialmente a carga fiscal que impende sobre as empresas e as famílias; recuperar e estimular o investimento público e privado; estabelecer a contribuição de solidariedade temporária sobre o setor bancário, destinada ao financiamento de programas de apoio à habitação;
- 24.** Promover o investimento e o acesso à habitação, especialmente por parte dos jovens;
- 25.** Restituir a dignidade e a qualificação ao trabalho, especialmente ao trabalho jovem, por forma a travar a emigração dos jovens; e promover a longevidade ativa, por forma a facilitar a transmissão de conhecimentos aos jovens de conhecimentos industriais estratégicos;
- 26.** Assegurar o controlo das fronteiras, facilitar a integração dos imigrantes, disciplinar a aquisição da nacionalidade portuguesa e regulamentar o acesso a apoios sociais;
- 27.** Centralização num portal único de todas as oportunidades, programas de intercâmbio, mobilidade, emprego e formação científica promovidas pela UE (Erasmus, Erasmus+, Rede Eures, etc.);
- 28.** Redefinir a hierarquia de prioridades europeias, centrando as políticas comuns na “agenda azul” - de promoção da natalidade e defesa da vida;
- 29.** Centrar o financiamento demográfico, atualmente mais vocacionado para as políticas migratórias, no apoio aos jovens casais que constituem família;

AGRICULTURA PESCAS E AMBIENTE

Para o CHEGA o setor primário virá sempre em primeiro lugar e deverá construir um verdadeiro desígnio europeu. O setor primário é um dos melhores motores do desenvolvimento sustentado, criador de oportunidades económicas, gerador de empregos de qualidade, necessários à melhoria dos padrões de qualidade de vida.

O setor agrícola exige mais atenção já que os desafios se agudizaram com a pandemia de Covid-19 e a guerra na Ucrânia, chegando mesmo a atingir níveis de reivindicações em protestos sem precedentes. Na Europa, a agricultura emprega diretamente mais de nove milhões de pessoas que são quem alimenta um bloco com quase 500 milhões de habitantes, tendo por isso uma grande importância estratégica para as nações soberanas. A manutenção de um território rural viável, a par do contributo para a qualidade de vida da sua população, é essencial para dar resposta a um conjunto de outros objetivos, tais como o aproveitamento e gestão sustentável dos recursos naturais, cuja atual situação de abandono tem dado origem a incêndios florestais de grandes dimensões, colocando em risco a segurança das populações, mesmo nos centros urbanos, bem como dos seus patrimónios.

O compromisso do CHEGA é, através da potenciação político-económica deste setor e dos produtores europeus, uma

verdadeira soberania alimentar com o crescimento do grau de autossuficiência da produção alimentar europeia. Também para o CHEGA, o primeiro representa um bastião na defesa de um património cultural essencial para a identidade e sentido de pertença dos povos, que só recentemente se tornou maioritariamente urbana, mas ainda muito identificada com as suas origens rurais e piscatórias. Nos últimos anos temos assistido a uma progressiva mudança das políticas da União Europeia, nomeadamente da Política Agrícola Comum, no sentido de não aumentar o orçamento destinado ao apoio a estas atividades, o que conjuntamente com o redirecionamento de parte destes fundos para objetivos ecológicos, de natureza ambiental, e uma maior abertura do mercado europeu aos mercados mundiais, tem gerado uma pressão competitiva indutora de abandono da atividade agrícola e da faina piscatória. Julgamos indispensável a reversão deste rumo enquanto desígnio europeu, tendo em conta a importância destas atividades para a manutenção da viabilidade económica, demográfica e social de grande parte dos territórios.

Nas pescas, a Europa possui condições geográficas e climáticas únicas, dada a extensão das suas costas e a presença de importantes zonas de pesca mundiais. O setor pesqueiro desempenha um papel significativo na economia, contribuindo para o sustento de comunidades costeiras, constituindo por isso uma grande e decisiva fonte de empregabilidade. Para

o CHEGA, é crucial continuar a exploração económica dos recursos marinhos, salvaguardando as práticas sustentáveis para a garantia da preservação das espécies e a saúde dos ecossistemas marinhos a longo prazo.

A floresta tem no nosso país e na Europa uma grande importância, quer em termos económicos, quer no domínio da conservação e da proteção da natureza. Enquanto atividade económica, representa um contributo relevante. Impõe-se um processo de definição de políticas consistentes neste domínio, recorrendo a uma concertação alargada com os intervenientes da fileira, para que se possa retomar a confiança quanto à segurança de pessoas e bens, bem como à criação de condições favoráveis ao investimento no setor da silvicultura. Com o CHEGA, os agricultores terão competência, rigor e presença. Os agricultores verão os eurodeputados exigirem respeito no Parlamento Europeu, de forma conhecida, comprometida e convicta. Os agricultores verão os Eurodeputados a exigirem as melhores metas para a agricultura nacional e não serão esquecidos no momento de lhes fazer chegar as verbas que por direito lhes são destinadas.

O mundo rural, a agricultura, a pesca, o agricultor e o pescador serão alvo da revalorização no Parlamento Europeu que merecem e que há muito desejam e reivindicam.

O CHEGA DEFENDE:

30. A desburocratização e simplificação fiscal dos processos de licenciamento, financiamento e candidaturas aos fundos europeus por forma a aumentar a riqueza primária gerada nos territórios, promovendo o empreendedorismo e a criação de emprego;

31. O combate à subjugação do setor primário à agenda ecocêntrica;

32. A revisão intransigente da Política Agrícola Comum (PAC) que representa défices para Portugal, tanto no 1º Pilar – Pagamentos Diretos – como no 2º Pilar – Desenvolvimento Rural;

33. O veto absoluto de qualquer corte na política de coesão, na PAC e no Programa de Opções Específicas

para fazer face ao Afastamento e à Insularidade (POSEI);

34. Impedir que o Pacto Ecológico continue a subjugar a atividade agrícola europeia, violando a soberania dos Estados-nação, as próprias capacidades alimentares nacionais de autossuficiência e, indo, até, contra os interesses das famílias;

35. A revisão das regras de produção, que são cada vez mais apertadas e que estão a provocar a perda de rendimentos aos agricultores, sendo uma das políticas mais criticadas o Pacto Ecológico Europeu;

36. A revisão dos Acordos de Comércio Livre (ACL) com países de outras regiões mundiais alvo de crítica à concorrência justa, devido à importação de bens alimentares mais baratos, alegadamente com regras de produção menos estritas;

37. A garantia da agilização da execução atempada de todos os fundos europeus para o desenvolvimento agrícola, rural e para as pescas, bem como a publicação no Portal da Transparência de todas as verbas atribuídas, tal como já foi proposto pelo CHEGA;

38. A defesa no Parlamento Europeu das nossas atividades tradicionais numa lógica de apoio à sua gestão sustentável e de defesa da identidade do mundo rural, que recuse derivas autoritárias e proibicionistas;

39. Assegurar a soberania energética;

40. Assegurar a defesa do ambiente e do bem-estar animal;

41. Despolitização da agenda verde europeia combatendo todas as formas de limitação de liberdades individuais ou que coloquem em causa a soberania nacional;

42. Revisão do “Green Deal” combatendo as injustiças sociais em nome da transição energética, garantindo o desenvolvimento económico e social do bloco europeu;

43. Revisão do mix energético europeu, auxiliando Nações que queiram investir na produção de energia via nuclear;

INSTITUIÇÕES EUROPEIAS

VII PARTE



Em matéria de arquitetura das instituições europeias, o CHEGA irá empenhar-se em valorizar o papel do Conselho, em reforçar o escrutínio da Comissão Europeia, do Parlamento Europeu, do Banco Central Europeu e das demais instituições, agências ou mecanismos em que prevalece o elemento supranacional.

O CHEGA DEFENDE:

CONSELHO

O CHEGA entende que o seu carácter intergovernamental deverá ser estritamente respeitado e valorizado. Por essa razão, considera que o voto por maioria qualificada não deverá ser estendido a mais áreas ou matérias do que as já existentes.

Entendemos também que será desejável que as áreas e matérias em que as decisões são já tomadas por maioria qualificada sejam objeto de análise e de reponderação nas instâncias competentes, pelas suas implicações para a soberania nacional. Neste sentido, defendemos que, em sede de eventual revisão dos Tratados europeus, estas questões deverão merecer ampla análise e debate.

Consideramos ainda que a valorização do papel do Conselho exige uma estreita articulação entre os Chefes de Estado e de Governo e dos membros do Governo que nele têm assento com os Parlamentos nacionais, por forma a garantir a defesa dos interesses nacionais dos países representados.

No caso de Portugal, essa articulação exige, assim, a prestação de toda a informação necessária à avaliação pela Assembleia da República sobre a adequada defesa dos interesses nacionais por parte do Primeiro-Ministro e pelos demais membros do Governo, bem como o respetivo debate, seja em plenário, seja em sede da Comissão de Assuntos Europeus, ou de outras Comissões, Subcomissões ou Grupos de Trabalho constituídos em razão das matérias discutidas.

Devido à sua elevada relevância para a defesa do interesse nacional, a participação do Primeiro-Ministro no

Conselho Europeu será objeto de informação e debate prévios, bem como de informação e debate sucessivos, em plenário da Assembleia da República.

Releva-se também a importância da presença regular do Ministro das Finanças na Comissão de Economia e Finanças para prestar esclarecimento sobre as matérias discutidas nos Conselhos de Economia e Finanças (ECOFIN).

Matéria que assume hoje importância crítica é a das migrações e, neste sentido, defendemos que deverá ser criada no quadro da Assembleia da República uma Comissão de Justiça e Assuntos Internos, com vista a acompanhar regularmente a participação nacional no Conselho de Justiça e Assuntos Internos da União Europeia.

COMISSÃO EUROPEIA

Relativamente à Comissão Europeia, o CHEGA e os seus representantes eleitos para o Parlamento Europeu bater-se-ão pelo exaustivo escrutínio e prestação de contas da respetiva atuação, e pugnarão pela delimitação da sua ação em função do seu carácter de órgão executivo por excelência no quadro das instituições e instâncias europeias, que deverá ser estritamente observado.

Consideramos inaceitável que, até hoje, a Presidente da Comissão Europeia não tenha acedido às repetidas solicitações de revelação das comunicações trocadas com a Pfizer, relativas aos contratos celebrados em matéria de aquisição de vacinas contra a Covid-19.

Os eurodeputados eleitos pelo CHEGA unir-se-ão aos esforços e démarches iniciados com vista à revelação dessas comunicações e ao cabal esclarecimento do assunto, pela importância crítica de que tal se reveste para a saúde pública no âmbito da União Europeia e dos seus Estados-Membros.

PARLAMENTO EUROPEU

No tocante ao Parlamento Europeu, o CHEGA defende o reforço da articulação da sua ação com os Parlamentos nacionais. Neste sentido, propugnará que os euro-

deputados portugueses reportem regularmente sobre a sua atividade no Parlamento Europeu à Comissão de Assuntos Europeus e encorajará também a respetiva difusão dessa atividade junto dos órgãos de comunicação social e das redes sociais, com vista a sensibilizar a opinião pública para a sua relevância.

Defendemos ainda o reforço dos poderes do Parlamento Europeu, designadamente na eleição do Presidente da Comissão Europeia e na escolha dos Comissários europeus. Os eurodeputados eleitos pelo CHEGA bater-se-ão pela democraticidade e representatividade do Parlamento Europeu, alertando para a necessidade de desenvolver iniciativas regulares, no sentido de sensibilizar os eleitorados dos Estados-Membros da UE para a sua crescente influência no processo de deliberação da União.

BANCO CENTRAL EUROPEU

No que respeita ao Banco Central Europeu, o CHEGA considera que a elevada complexidade e caráter técnico das matérias que são da competência daquele órgão não devem obstar ou prejudicar o esforço de explicação e sensibilização da opinião pública para a importância e implicações das suas decisões, atendendo ao seu impacto na vida das populações.

Neste sentido, defendemos o reporte regular por parte do Governador do Banco de Portugal da sua atuação no âmbito daquele órgão, seja em sede da Comissão de Economia e Finanças da Assembleia da República, seja inclusivamente perante o plenário, sempre que tal se justifique.

Do mesmo modo, os eurodeputados eleitos pelo partido utilizarão todos os mecanismos e recursos existentes no quadro do Parlamento Europeu para concretizarem o necessário escrutínio da atuação do Banco Central Europeu.

SERVIÇO EUROPEU DE AÇÃO EXTERNA

Relativamente ao Serviço Europeu de Ação Externa (SEAE), o CHEGA, em linha com a sua visão sobre a soberania nacional e o papel-chave da política externa para a preservação dessa soberania, advoga a respetiva reestruturação, com vista designadamente a agilizar o

seu apoio às presidências nacionais do Conselho – que devem ser revalorizadas e dinamizadas. A sua ação deve ser reduzida e, a prazo, ser considerada a respetiva extinção, por não caber no exercício da soberania pelos Estados-Membros.

PAPEL DA EUROPA NO MUNDO

De uma forma mais geral, no respeitante ao papel a desempenhar pela UE e pelas suas instituições no plano externo, o CHEGA pugnará pela respetiva reconfiguração como fator de equilíbrio internacional, atenta não só à importância das relações transatlânticas, mas igualmente à necessidade de redinamizar as relações com o Sul Global e com as suas instituições, com relevo para os BRICS.

Neste contexto, defenderemos o estrito respeito e o alinhamento da UE com os princípios e objetivos estabelecidos na Carta das Nações Unidas e, em especial, com a promoção, por todas as formas e em todos os fora multilaterais, da paz e da segurança internacionais.

SOBERANIA ECONÓMICA E FUNDOS EUROPEUS

Igualmente em linha com a sua visão sobre a soberania nacional, o CHEGA considera a soberania económica um pilar fundamental para a respetiva preservação. Em conformidade com essa convicção, entendemos que, em lugar da conceção centralista que tem norteadado a definição dos programas destinados a promover a União Económica, deve prevalecer o princípio da subsidiariedade, que estabelece que as decisões devem ser tomadas ao nível mais próximo possível dos cidadãos. No nosso entender este princípio não tem sido plenamente respeitado.

Todavia, a aplicação do princípio da subsidiariedade não prejudicará a necessidade da coordenação nacional na definição e execução dos fundos e programas europeus, incluindo a nível regional e local. Em conformidade com o princípio da soberania económica, defendemos a reforma global das regras, ferramentas e procedimentos orçamentais existentes no quadro da governação económica da UE, com vista a adaptá-las às características macroeconómicas e à evolução

da conjuntura económica em cada Estado-membro. Entendemos que essa reforma deve ser mais ambiciosa do que a proposta que foi já acordada entre o Conselho e o Parlamento Europeu, e que está ainda pendente de aprovação final pelo Conselho.

Advogamos ainda a flexibilização das orientações dos fundos e programas europeus, por forma a adaptá-los às características macroeconómicas e às prioridades económicas nacionais dos Estados-Membros. Do mesmo modo, defendemos que quaisquer programas ou ferramentas que venham a ser criadas no quadro da União Económica devem obedecer a esta preocupação.

A utilização dos Fundos Europeus deve pautar-se pela sua transparência e prestação de contas, o que implica, a montante, que a sua alocação seja objeto da devida e pronta informação pública e, a jusante, o seu escrutínio pelo Tribunal de Contas de Portugal e pelo Tribunal de Contas da União Europeia.

IDENTIDADE DIGITAL DA UNIÃO EUROPEIA

O CHEGA entende que a identidade dos povos assenta no estrito respeito pelos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.

Neste sentido, manifestamos a nossa profunda preocupação com o projeto da União Europeia de introdução de uma Carteira de Identidade Digital Pessoal, sob a forma de uma aplicação, que condicionaria o acesso dos cidadãos europeus a serviços em linha, públicos e privados, em todo o espaço europeu.

Com efeito, nos termos desse projeto, a introdução de uma carteira de identidade digital poderá incluir, entre outros elementos, dados biométricos, fortemente invasivos da esfera privada, e até íntima, dos cidadãos (por exemplo, em matéria de saúde), redundando numa clara violação das disposições vigentes sobre a proteção dos dados pessoais.

A proposta de regulamento previsto para implementar o projeto de uma carteira de identidade digital (eIDAS 2.0 – Identificação Eletrónica, autenticação e serviços de confiança) expande radicalmente a capacidade de

monitorização sobre os residentes da UE, dispondo designadamente que todos os browsers sejam obrigados a aceitar os certificados emitidos por grandes corporações de reputação e credibilidade duvidosas.

Estas preocupações do CHEGA abrangem igualmente os projetos já aprovados sobre a Inteligência Artificial e o European Chips Act.

Profundamente convicto da importância decisiva do respeito e da defesa dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos portugueses, os representantes eleitos do CHEGA manterão uma vigilância permanente acerca destas matérias, especialmente no tocante às atividades das instituições e órgãos competentes da UE.

OS PROJETOS DE REVISÃO DOS TRATADOS E O PARLAMENTO EUROPEU

O CHEGA e os seus representantes eleitos seguirão com a maior atenção as propostas que, na sequência da Resolução do Parlamento Europeu 2022/2051(INL), de 22 de novembro de 2023, visam transformar a União Europeia num “Super-Estado”, através designadamente da transferência maciça para Bruxelas de competências fiscais, orçamentais, e em matéria de educação, saúde e defesa.

Neste contexto, os representantes eleitos do CHEGA opor-se-ão resolutamente a todas as propostas que visem a criação do cargo de Presidente da União Europeia e à expansão da regra da maioria qualificada, bem como à substituição da regra da unanimidade pela regra da maioria qualificada em matéria de política externa e de segurança comum.

Os representantes eleitos pelo CHEGA denunciarão assim todas as propostas que ponham em risco o Estado de Direito e a soberania dos Estados-Membros da UE e empenhar-se-ão na defesa intransigente dos interesses das suas populações.

CHEGA

POR PORTUGAL **PELOS PORTUGUESES**